Jovens e casais sem filhos investem mais em imóveis

Pesquisa do IBGE revela que famílias menores e com mais educação destinam mais recursos para patrimônio

Com estabilidade e maior acesso ao crédito, funcionários públicos são os que gastam mais para pagar dívida

PEDRO SOARES
DO RIO

Antes da chegada dos filhos, a prioridade do casal Marcos Mediano, 31, e Tatiana Rehder, 29, foi adquirir um apartamento no Rio. Compraram na planta, usaram o FGTS e pagam as prestações.

Esse roteiro é seguido por muitos casais sem filhos e famílias chefiadas por jovens na faixa de 30 a 39 anos. São, segundo o IBGE, os grupos que mais investem no patrimônio com imóveis (aquisição, reforma e terrenos) —7,3% do orçamento e 7,4%, respectivamente, mais do que a média nacional de 5,8%.

Os dados integram levantamento da **Folha** com base na última POF (Pesquisa de Orçamentos Familiares) do IBGE, de 2008 e 2009.

Com acesso maior à educação e vivendo em famílias menores, esses grupos têm melhores condições de planejar o futuro, segundo analistas.

"É também uma geração que cresceu num ambiente de estabilidade econômica, no qual é mais fácil se programar e investir", diz Gilberto Braga, professor do Ibmec, sobre os mais jovens.

Na pesquisa, embora aplicassem mais em imóveis, o grupo entre 30 e 39 anos e o de casais sem filhos não dispunham dos maiores orçamentos, que pertenciam às pessoas entre 50 e 59 anos e aos casais com filhos.

Para Cecília Machado, economista da FGV, é natural que os mais novos invistam mais.

O alocação de recursos para ampliar o patrimônio declinava gradualmente conforme avança o grupo etário.

A economista da FGV destaca ainda a importância das mudanças demográficas no país nos últimos anos e a maior facilidade de crédito. Com menos filhos, sobram mais recursos para investir.

Os casais sem filhos, por sua vez, têm uma renda per capita maior, ressalta Fernando Gaiger, pesquisador do Ipea. É que eles não sustentam dependentes. Para o especialista, a renda maior é determinante para acumulação de patrimônio.

Famílias chefiadas por empregadores destinavam uma fatia maior (9,9%) de seu orçamento do que aquelas comandadas por empregados domésticos (2,2%).

Segundo Cecília Machado, questões culturais também podem influenciar o tipo de investimento —mais focado em imóveis em detrimento aos financeiros, que não são considerados na POF.

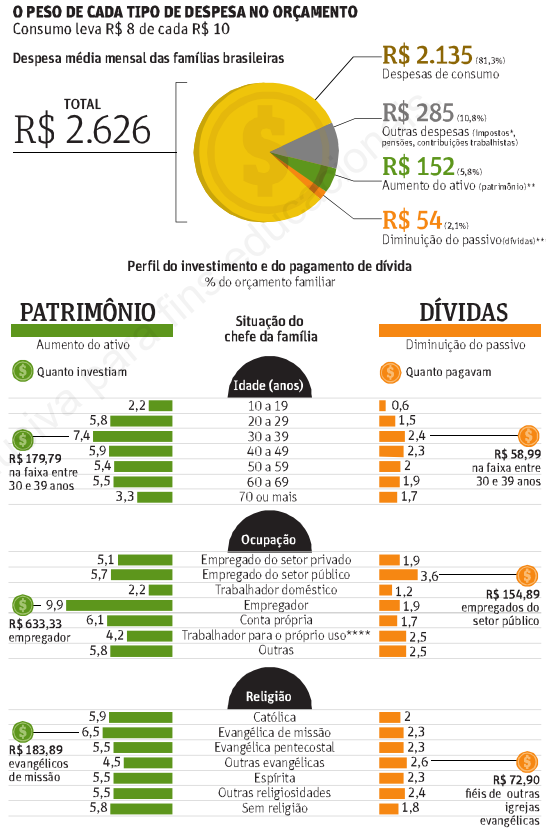
Talvez seja a explicação, diz, para os evangélicos de missão (luteranos, batistas e outros) e moradores da região Sul aplicarem mais no aumento do patrimônio.

DÍVIDAS

Com crédito fácil e estabilidade no emprego, as famílias chefiadas por funcionários públicos compunham o grupo que destinava a maior parcela do orçamento para dívidas.

Elas empregavam 3,6% da despesa total, contra média geral de 2,1% de todas as famílias. Considerando a posição na ocupação, o trabalhador doméstico, que tem renda menor e acesso restrito ao crédito, estava no outro extremo: gastava 1,2% do orçamento para pagar dívidas.

Para Marianne Hanson, a oferta de financiamentos para servidores cresceu muito nos últimos anos com o crédito consignado, e o emprego estável encoraja a categoria a assumir mais dívidas.



Fonte: Folha de S. Paulo, São Paulo, 8 out. 2012, Folhainvest, p. B7.